



Clipagem

Veículo Jornal Voz do Oeste Data de publicação 14/15/07/12
Editoria Segurança Página(s) 20
() Positiva () Neutra () Negativa

Técnicos da UFES Campus Chapecó entram em greve

Os Técnico-Administrativos em Educação (TAE's) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFES) – Campus Chapecó, aderiram à greve nacional dos servidores federais. Agora a UFES possui dois campi com técnico-administrativos parados, em Chapecó e em Realeza (PR). A paralisação das atividades em Chapecó deve iniciar efetivamente na quarta-feira, dia 18.

A greve dos TAE's da UFES engrossa o movi-

mento de greve nacional que paralisou todas as Universidades Federais do país, os institutos federais e outros setores do governo. A reivindicação é por melhores salários, condições de trabalho e pela qualidade da educação pública.

O Conselho Universitário aprovou a suspensão do calendário acadêmico. Porém a reitoria não fala sobre a greve e segundo informações, o Calendário acadêmico não foi suspen-

so e as atividades seguem normais. A Procuradoria Geral da União está estudando a legalidade da medida e a entidade deve se pronunciar em breve.

A UFES está em período de implantação, por isso o reitor é pro tempore, ou seja, ele é indicado pelo governo federal. Ele não é eleito pela comunidade acadêmica. Por isso os técnico-administrativos temem que ele possa suspender o cartão ponto, como medida de repreensão.

Até este sábado, o reitor deverá aprovar portaria com uma definição a respeito da suspensão do calendário acadêmico.

Veja a pauta de reivindicações:

I - Eixo Específico:

- Reajuste Salarial: Recurso para o piso - Piso de três Salários Mínimos e step de 5%;
- Racionalização dos Cargos;
- Reposicionamento dos Aposentados;
- Mudança do Anexo IV

(de incentivo à qualificação);

- Devolução do Vencimento Básico Complementar Absorvido (Mudança na Lei da Carreira -11.091/05);

- Isonomia salarial e de benefícios entre os três poderes.

II - Eixo Geral:

- Luta contra a EBSERH (terceirização de hospitais universitários);
- Luta contra a terceirização, por concurso público já;

- Lutar por 10% do PIB para educação;

- Implantação de jornada ininterrupta de trabalho de 30 horas sem redução de salário;

- contra a MP 568/12 nos artigos que atingem a redução salarial dos médicos e médicos veterinários e da insalubridade/periculosidade;

- Em defesa da negociação coletiva, data base e definição da política salarial;

- Ascensão funcional (em defesa da PEC 257/95).